



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE POLÍCIA AEROPORTUÁRIA - NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/BA

Decisão nº 29659596/2023-NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/BA

Processo: 08255.005021/2023-36

Assunto: **DECISÃO DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO No. 1330.00199.2023 - SARA RODRIGUEZ CONCEPCION.**

Assunto: **DECISÃO DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO No. 1330.00199.2023 - SARA RODRIGUEZ CONCEPCION.**

1. Trata-se de defesa ao Auto de Infração n. **1330.00199.2023**, lavrado em **10/06/2023**, tendo verificado que o visitante/imigrante **SARA RODRIGUEZ CONCEPCION**, filho de JOAQUIN RODRIGUEZ ORTA e MARIA FATIMA CONCEPCION GARCIA, nacional do país ESPANHA, nascido aos **14/11/1986**, sexo **FEMININO**, portador de passaporte nº **PAH960306**, ingressou ao território nacional em **17/09/2022**, pelo (a) AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR, classificado como 101 - VISITA TURISMO, com prazo inicial de estada (entrada) em data supra mencionada, (sem prorrogação), infringiu o disposto no (s) Art. 109, II, da Lei nº 13.445/2017, sendo aplicado a multa de **R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)** pela seguinte prática: ultrapassar em **176 (cento e setenta e seis) dias** (grifo nosso) o prazo de estada legal no país.
2. O pedido de reconsideração ou defesa foi apresentada em **15/06/2023**, **dentro do prazo legal de 10 (dez) dias assinalado** no art. 309, §4, do Decreto 9.199/2017, ratificado no âmbito da IN 198/2021, em seu Art. 3º, § 3º da Polícia Federal.
3. **A Autuada nada argumentou de modo idôneo a elidir a aplicação da penalidade ou a multa imposta**, apenas solicitou o cancelamento da multa **informando que constituiu união estável com brasileiro, e que é mãe de criança brasileira**. Ocorre que não apresentou qualquer protocolo de requerimento de residência/permanência. Assim como nada apresentou que evidencie quaisquer nulidades do Auto de Infração em tela, ou qualquer justo motivo para frustrar a autuação.
4. Considerando que a defesa foi tempestiva, passo a sua análise.
5. A lei. 13.445/2017, Lei de Migrações, substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) e introduziu diversos conceitos e instrumentos novos na política migratória nacional. A nova lei entrou em vigor no dia 22/11/2017 e foi regulamentada pelo Decreto n. 9.199/2017, atualmente disciplinada por procedimentos presentes na Instrução Normativa da Polícia Federal – IN 198/2021-DG/PF, alterando significativamente alguns instrumentos existentes na lei anterior, dentre eles a aplicação das penalidades.
6. Entretanto, observa-se no presente caso, que a penalidade pecuniária imposta face a infração da Autuada se deu por motivo certo, justo e proporcional. Trata-se de estrangeira que tomou ciência das possibilidades e critérios legais para manter estada regular no país, e não o fez. **Esteve no país por 176 (cento e setenta e seis) dias** sem quaisquer ações resolutivas efetivas, **e que fora autuado pelo mínimo valor de penalidade aplicável.**
7. Destarte, diante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** os argumentos apresentados pela defesa, e **mantenho o Auto de Infração N° 1330.00199.2023**, pelos seus próprios fundamentos.

Publique-se no sítio eletrônico da Polícia Federal, nos termos do art. 309, §7º do Decreto nº 9199/2017 e IN 198/2021.

Encaminhe-se a DELEMIG/DREX/SR/PF/BA, para manutenção do Auto nos sistemas e ciência ao interessado pessoalmente ou por correspondência eletrônica (se houver informação a respeito).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS OLIVEIRA COSTA, Agente Administrativo(a)**, em 21/06/2023, às 01:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=29659596&crc=49E9761F](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=29659596&crc=49E9761F).

Código verificador: **29659596** e Código CRC: **49E9761F**.